



3º Webinar IEC Sobre Iniciativas de Adaptação no Brasil

24 de abril de 2018 | 14h às 16h

Gravação: <https://www.youtube.com/watch?v=xMpdZJ7FkiE&t>

PARTICIPANTES

Flavia Resende, Vinícius Gushikem, George Magalhães, Elisa Badziack, Paulo Schmidt, Fábio Guido, Vinícius Lima, Paolo Pani, Néilly, Mara Mota, Carlos Sodré e Nelci Oliveira.

APRESENTAÇÃO

Flavia Resende dá início ao webinar, fazendo uma breve apresentação da Iniciativa Empresarial em Clima — IEC, e das organizações convidadas: Itaipu Binacional, Itaú-Unibanco e Petrobras.

A IEC é composta pelas organizações Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Instituto Ethos, CDP, Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas. A missão da IEC é otimizar a ação empresarial nas ações de mudança do clima, criando sinergia e cooperação entre suas organizações-membro para promover a agenda de mudança do clima.

Para 2018, dividimos nossa agenda de trabalho em **Adaptação e Precificação do carbono**, com o Instituto Ethos e Pacto Global à frente da agenda de Adaptação, e FGVces, CEBDS e CDP à frente da agenda de Precificação do carbono.

Até o dia 17 de maio, o [questionário sobre a Plataforma AdaptaClima](#) estará aberto para respostas. Essa pesquisa é preparatória para a próxima reunião presencial da IEC, que ocorrerá no dia 29 de maio.

Durante essa semana, tendo início no dia 23 de maio, realizaremos uma série de webinars sobre precificação do carbono, em consonância com o PMR, do Ministério da Fazenda.





CONVIDADOS

Paulo Schmidt: Possui experiência nas áreas de qualidade e produtividade, atuou no município de Curitiba – PR nas áreas de educação, mobilidade recursos humanos e energias renováveis. Atualmente é superintendente de energias renováveis da Itaipu Binacional.

Fábio Guido: Foi especialista em finanças para sustentabilidade na WWF Brasil, atuando com mudanças climáticas, agricultura e riscos socioambientais. Também trabalhou no Banco Santander e atualmente é líder do *squad* de finanças climáticas para promoção de economia de baixo carbono e incorporação dos riscos climáticos nas operações do banco.

Vinícius Lima: Atua na Petrobras desde 2008. Atualmente trabalha na área de gestão de mudanças climáticas, em metodologias que incorporem mudanças climáticas nos processos decisórios, transparência e engajamento dos *stakeholders*, resiliência e adaptação.

PAULO SCHMIDT – ITAIPU BINACIONAL

Paulo se apresentou diretamente de Foz do Iguaçu, exatamente ao lado da maior usina produtora de energia sustentável do mundo, a Itaipu Binacional. São 103 milhões de megawatts gerados por ano. Tudo feito de forma sustentável com os recursos da bacia do rio paraná.

Itaipu  conhecida pela sua principal atividade que  a produção de energia. Mas desde 2003 também tem feito atividades relacionadas a sua missão, como a proteo e desenvolvimento do seu território.

No caso do Brasil, estamos falando da região oeste do estado do Paraná. Hoje, a política de desenvolvimento do território abrange 54 municípios da região oeste, os mesmos municípios que compoem a Associao dos Municípios da Região Oeste do Paraná, cuja principal atividade econmica está relacionada ao Agronegócio.

Os principais produtos exportados pela região são de origem animal. Ou seja, a proteína animal, sendo o frango com maior volume de produo. Em segundo lugar os suínos, em terceiro lugar o bovino, mas para produo de lctnios. A piscicultura também tem se desenvolvido na região. Esta economia está voltada ao mercado exportador, que está sofrendo embargo da Europa (principalmente ao frango brasileiro) por políticas de sanidade.





Quando a gente olha todo esse aspecto de desenvolvimento econômico, o Brasil já está chegando ao primeiro colocado na exportação de proteína animal. A oeste do Paraná junto à região oeste de Santa Catarina já é um dos principais territórios de produção de proteína animal no país. Além disso, há investimentos para triplicar a produção de suínos na região, principalmente por meio de cooperativas de agronegócio, sendo estas as principais organizações responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região.

Quando olhamos o volume de produção de peixes, frangos e suínos, é importante olharmos sob o ponto de vista do mercado, mas olhando pelo ponto de vista do meio ambiente é importante se atentar ao volume de resíduos gerados por essa produção, principalmente a liberação de metano por estes resíduos. Isso explica o porquê de Itaipu Binacional ter escolhido o biogás como um ativo a ser explorado, uma vez que é necessário aproveitar os dejetos dessa produção de proteína animal, evitando que estes sejam descartados em nosso meio.

Também nos atentamos ao ritmo da cadeia de produção de proteína animal. O que consideramos é que o biogás pode modificar esse ciclo vicioso, utilizando o biogás (metano e CO_2), cujo aproveitamento energético serve para produção de energia elétrica e energia térmica, servindo como combustível veicular.

As redes de energia elétrica que temos ainda não são suficientes para a distribuição de energia à demanda crescente da população, como é o caso da demanda dos produtores rurais, que cresce cada vez mais, por isso o uso do biogás foi uma forma alternativa de aumentar a oferta de energia.

Foram construídas usinas de biogás em frente à usina hidrelétrica de Itaipu, tendo como principal fonte de abastecimento os alimentos provenientes de restaurantes locais, podas de grama e vegetais, e esgoto, que são matérias utilizadas na produção do biometano. O biometano, por sua vez, é transformado em biogás. O uso do biometano tem sido bastante significativo. Temos 70 veículos movidos a biometano, e estamos adquirindo outros 10 para aumentar essa frota.

Em relação a questão do aproveitamento do biogás como um insumo energético para a região, hoje a produção de biogás em propriedades rurais (gerado a partir de dejetos da criação de suínos) tem sido uma alternativa à melhoria da distribuição de energia na região. Esta distribuição, feita em parceria com a COPEL Distribuição, tem sido feita por meio de construção de *microgrids* (micro-redes), onde as fontes de energia renováveis terão bastante espaço no futuro.





Com isso, espera-se que o biogás gerado a partir dos dejetos da produção de suínos gere uma economia nos custos destinados à distribuição de energia por parte das prefeituras da região, que podem reverter essa economia em investimentos diversos nas áreas de interesse comum, como meio ambiente, educação e entre outras. Tal superávit energético pode, também, trazer maior qualidade e estabilidade na distribuição de energia aos setores produtivos mais sensíveis da região, como os aviários, por exemplo. Um aviário de grande porte, ao ficar sem receber energia, acaba gerando prejuízos diversos ao produtor, inclusive a morte de aves.

Com o crescimento da piscicultura, a produção de peixe se tornou muito mais sensível a falta de energia. A falta de energia por trinta minutos na piscicultura, por exemplo, pode comprometer toda sua produção.

Toda atividade agroindustrial do país possui uma série problemas de abastecimento de energia devido à falta de uma rede de redistribuição. Os meios alternativos e inovadores podem melhorar esse cenário ao mesmo tempo que melhora aspectos de outros setores da economia, como a produção de suínos.

FABIO GUIDO - ITAÚ-UNIBANCO

O Banco Itaú, hoje, é o maior banco do Brasil, estando presente em toda América Latina. Nossa história em mudança climática começa de nove a dez anos atrás, quando começamos a estudar o tema e a contextualizar nossas atividades ao tema.

Há pelo menos oito anos realizamos o inventário de carbono de nossa organização a partir da metodologia *GHG Protocol*, com verificação de terceira parte, e passamos a ter projetos pilotos para identificar os impactos nas nossas agências e quais tecnologias poderíamos utilizar para mitigar nossa emissão de carbono nas agências. Além disso, analisamos o impacto das mudanças climáticas na indústria de seguros e créditos de investimentos.

O setor bancário é um pouco diferente do setor da economia real como um todo pois não é produzido algo material. Então ao analisar nossas emissões de carbono, restringimos o olhar às nossas agências, prédios administrativos, deslocamento de nossos colaboradores e etc, tornando essa tarefa relativamente fácil.

O problema começa da porta para fora, ou seja, o nosso negócio. Apesar de não produzirmos, financiamos todos os setores da economia, investimos e seguramos.





Saindo um pouco do escopo 1, 2 e 3, passamos a olhar para aqui que está na carteira de créditos. Inicialmente selecionamos quatro setores: agronegócio, financiamento de veículos, financiamento de imóveis e financiamento de energia, de modo a analisarmos o comportamento dessas emissões financiadas.

No setor rural, olhamos o financiamento de pessoa jurídica nas atividades de agropecuária. Premissa: Quais são as emissões que contribuimos com nosso financiamento?

Olhando para a carteira de veículos, olhamos qual nossa participação no mercado de carbono, o tempo de financiamento desses veículos e que tipo de combustível os veículos financiados utilizavam.

Na carteira de imóveis observamos nossa participação no mercado de carbono, o tempo de financiamento para produção de aço e concreto e o consumo de diesel e outros insumos para geradores e demais equipamentos da construção civil.

Fomos para a área de energia também. Olhamos para a produção de consumo de combustível para geração de energia, o tempo de financiamento e a descrição do projeto, de modo a identificar a fonte de energia utilizada e etc.

Tudo isso nos deu uma foto do que seriam nossas emissões financiadas, dando parâmetros para endereçar nossos objetivos para mudar a carteira de crédito ao longo do tempo.

Desenvolvemos um projeto mudanças climáticas no portfólio de crédito. Estamos finalizando um *paper* que tem o objetivo de compreender o tipo critérios socioambientais que existem hoje podem impactar a nossa carteira de crédito.

Adotamos um horizonte de análise de três a dez anos para este estudo. Entendemos que temas técnicos são importantes. Um deles é a mudança climática, como a precificação de carbono. A partir disso, começamos a analisar se existe uma correlação entre o tema e o crédito.

Algumas coisas já ficaram claras, como o fato de o impacto ser menor do que imaginávamos. Nossas carteiras de crédito estão mais no curto prazo do que no longo prazo, característico do mercado financeiro brasileiro. Ou seja, os impactos são menores no curto prazo do que no longo prazo. Nosso objetivo é passar do olhar de setores para um olhar sobre nossos clientes, já que cada empresa se comporta de forma diferente.

Outro projeto que já fazemos há bastante tempo é olhar as mudanças climáticas dentro da nossa análise de investimento. Nós temos um processo de integração das dimensões ambiental, social





e de governança corporativa, de modo que um dos fatores analisados na dimensão ambiental é a questão da mudança climática. Nesta questão, incluímos a precificação do carbono, danos físicos, disseminação de doenças, mudanças no ciclo hidrológico e produção agrícola florestal.

Essas variáveis são classificadas em curto, médio e longo prazo de acordo com seu impacto, e se o dano é de baixa, média ou de alta materialidade.

O que temos observado com bastante atenção é uma estratégia que nasceu dentro do *Financial Stability Board (SSB)*. O SSB é um órgão supranacional, que reúne recomendações a bancos centrais de quase todo o mundo, e, pela primeira vez, começou a prestar bastante atenção nas questões de mudança climática. O SSB criou um grupo de trabalho, o *Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)*, que traz recomendações nos pilares de governança, climática, estratégia socioambiental e metas e métricas. Tal conjunto de recomendações possibilita ao setor financeiro uma adaptação do setor de negócios a essa nova realidade mundial e dos fluxos financeiros, que se direciona a uma economia de baixo carbono.

Nossa intenção ao fazer parte desse grupo de trabalho é compreender como esse conjunto de recomendações pode ser incorporado dentro da agenda climática de nossa organização, e contribuir para que outras organizações possam, também, tornar-se sensíveis a esse tema.

O Itaú também passou a fazer parte do grupo de trabalho da *UNEP FI*, que olha para as recomendações de metas e métricas da TCFD. Estamos observando diferentes cenários climáticos e como eles irão impactar os portfólios de crédito, e que tipos de respostas e diretrizes nossa governança precisa fornecer para que nossos portfólios não sejam impactados por esses riscos.

O Itaú também vai participar de uma reunião na Federação Brasileira de Bancos (Febraban), onde um grupo de trabalho terá como objetivo analisar recomendações da Febraban no sentido de incorporá-las em nossos negócios.

Além disso, o Itaú adotou uma forma diferenciada de trabalho para temas transversais ao banco. A metodologia em questão é a de *squads*, que são células interdisciplinares que atuam conjuntamente para um tipo de resolução. Hoje atuo no *squad* de finanças climáticas. Este *squad* busca olhar a adaptação climática na área de seguros, investimentos e financiamento, e olhar as novas oportunidades que têm surgido nesse cenário.

Temos uma governança bastante robusta da sustentabilidade, sendo a questão da mudança climática algo bastante presente nessa área. O *squad* já está trabalhando para que tenhamos





em nossas publicações que sairão até o final deste mês a incorporação das recomendações do TCFD, para que nossos investidores tomem decisões mais informadas a partir do conhecimento dos riscos que podem vir a ter a partir das mudanças climáticas.

Para fechar minha fala, acredito que começamos no Itaú com uma visão de mitigação e diminuição de emissões, e evoluímos para uma agenda de adaptação climática, olhando como nossas carteiras irão se comportar, e quais tipos de assessoria podemos prestar a nossos clientes para as mudanças climáticas.

VINÍCIUS LIMA – PETROBRAS

Tivemos recentemente uma tomada de decisão com relação à economia de baixo carbono. A Petrobras tem reconhecido as questões e desafios da mudança climática, além do desafio de fornecer energia diante desse cenário. Reconhecemos grande transformação que os mercados estão passando no setor e energético, assim como a sociedade.

A Petrobras tem trabalhado nessa questão há pelo menos quinze anos, tanto na área de pesquisa, como em gestão, relacionando nossas emissões e a mudança do clima como um todo. A Petrobras publica seu inventário de emissões desde 2003, e é uma das empresas fundadoras do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Temos tido bastante destaque no investimento em inovação e um foco na melhoria de nossas operações, considerando as emissões de gases de efeito estufa desde o início de nosso planejamento.

A Petrobras tem atuado com uma rede de organizações e iniciativas que tratam de mudança do clima e meio ambiente, dentre elas a UN Global Compact, CDP, IPIECA, CCP, CSLF e OGCI.

A empresa tem focado sua redução de emissões em projetos de mitigação, ganho de eficiência, redução de queima em tocha, evitando que mais de 100 milhões de toneladas de gases de efeito estufa fossem lançados na atmosfera entre 2009 e 2017. Essas reduções foram certificadas, verificadas e reportadas em nossos relatórios externos.

Entrando no assunto de adaptação, temos um longo histórico de investimento de pesquisas e desenvolvimento nesse tema, e temos notado das exigências do mercado em relação à adaptação e impactos físicos. Com o advento da TCFD e o aumento das demandas dos





investidores, aumentos nossa preocupação em traduzir o conhecimento operacional que já tínhamos em quantificação e incorporação das análises estratégicas.

Estamos criando um piloto de adaptação com o foco de promover maior integração nos processos decisórios. Trabalhamos com algumas parceiras externas, como FGV, universidades públicas e cooperações internacionais para buscar promover o intercâmbio técnico sobre os impactos na indústria de petróleo.

Temos inúmeros projetos, como o caso da Refinaria de Paulínia (REPLAN). A REPLAN está localizada numa região de 5,5 milhões de habitantes e nessa bacia hidrográfica foi desenvolvido um modelo integrado em parceria com a USP de suporte e decisão, que envolve tanto os dados climáticos como um modelo hidrológico regionalizado, que possivelmente será replicado em nosso projeto piloto com a FGV.

Temos uma orientação com relação ao nosso plano de negócio atual que envolve uma estratégia muito clara sobre a preparação da companhia para um futuro baseado em baixo carbono. Essa estratégia é baseada em três pilares: (i) redução da emissão nos processos produtivos, (ii) novos investimentos tecnológicos para redução dos impactos e (iii) desenvolvimento de negócios de alto valor em energias renováveis.

Temos uma experiência prévia com energia renovável e biocombustível em que algumas iniciativas foram bem-sucedidas, e outras, não. De qualquer forma, esta competência existe dentro da Petrobras e está sendo aproveitada para uma nova orientação da companhia.

SESSÃO DE PERGUNTAS

Nélly: Fábio, o foco de análise do Itaú são emissões financiadas, ou seja, mitigação. Como o banco está olhando o risco associado à mudança do clima, do ponto de vista do quanto as variáveis climáticas afetam a viabilidade dos projetos financiados pelo banco?

Fábio Guido: Começamos exatamente olhando para as emissões financiadas. Nós, enquanto banco, temos que olhar para os dois lados. Primeiro temos que olhar para nossa cadeia para compreender como estou contribuindo, até para que nós tenhamos uma mudança de variável. O setor como um todo olha muito para as emissões, nós, por outro lado, estamos tentando olhar o que essas emissões representam em termos de aumento de temperatura, para que possamos





traçar uma linha de base e começarmos a trabalhar estratégias que direcionem a carteira para diminuir o aumento de temperatura, cumprindo os acordos internacionais. Do outro lado, quando olhamos para adaptação, nossos modelos climáticos, hoje, consideram basicamente três riscos: físico, de transição e de responsabilidade.

Quando olhamos para adaptação, temos que compreender se os nossos modelos de risco estão preparados a esse novo cenário, ou não. O grupo de trabalho que fazemos parte junto à UNEP FI tem endereçado uma série de cenários climáticos que olha para diferentes variações do clima, e como isso impacta na economia e em nossos portfólios. Logo, nos faz refletir sobre o tipo de resposta que temos hoje para que nossos negócios sejam seguros, e que tipo de novos produtos a gente precisa desenvolver ou adaptar para que nós, a economia e o planeta continuem existindo.

Nélly: O banco possui algum guia ou fluxo que aplique sua análise de projetos a serem financiados? No âmbito do projeto IPACC que temos no MMA, estaremos apoiando o BNDES na aplicação da análise de risco climático nos projetos do banco. Ao final, queremos gerar um guia orientador para os bancos em geral.

Fábio Guido: Temos alguns *papers* do banco que estão disponíveis publicamente. Há um posicionamento nosso sobre risco socioambiental, em que uma das variáveis de avaliação são as mudanças climáticas. Na publicação a gente detalha como nós incluímos essa variável na análise de crédito. Também temos um outro *paper* sobre investimento, que explora como fazemos a avaliação ESG, em que uma das variáveis de avaliação é a mudança climática, apresentando o que são danos físicos, disseminação de doenças, mudanças no ciclo hidrológico, precificação de carbono, produção agrícola e florestal, e novos produtos.

Na indústria de seguros já temos um modelo de riscos, porém este não é público por se tratar de uma estratégia interna. Ainda este mês deve sair o relato integrado do banco que vai falar um pouco sobre os quatro pilares estratégicos do TCFD: governança, risco, estratégia e metas e métricas já com as nossas atuações incluídas na análise. Também sairá um novo *paper* que é o posicionamento do Itaú em risco socioambiental, que vai contar um pouco sobre o portfólio de crédito: como os sistemas técnicos, principalmente as mudanças climáticas influem nossa análise no horizonte de três a dez anos.

Algumas percepções que tivemos e podemos adiantar é que somente os impactos mais severos tendem a afetar a qualidade de crédito. Sob o olhar do banco, nós precisamos pensar em crédito, investimento e seguro do nosso lado para fora, então a nossa qualidade de crédito é





afetada com riscos mais severos. Por uma questão de mercado brasileiro, as nossas carteiras estão no curto prazo, então o impacto é menor no curto prazo, característico da nossa indústria. Também percebemos que os nossos tomadores de crédito possuem uma flexibilidade financeira interessante, pois ajusta o risco socioambiental deles à materialidade daquilo que estão expostos ao longo do tempo. Ou seja, se a materialidade do risco está no longo prazo, a companhia consegue se ajustar e até mudar essa exposição ao longo do tempo.

Gustavo Andrade: Na análise de emissões são consideradas as emissões agrícolas e de mudança do uso da terra?

Fábio Guido: Quando a gente olha para crédito, um dos nossos estudos sobre emissões financiadas olha para o setor rural. Ao olhar para o setor rural, a gente olha para emissões das atividades, tanto de agricultura como de pecuária, e de mudança de uso do solo: tanto quando você muda o uso do solo de agricultura para pecuária, como quando de floresta para cultura agropecuária.

É um estudo para entender o volume de emissão que estamos gerando nas nossas linhas de financiamento hoje. Fizemos para quatro setores: veículos, imóveis, energia e rural. A ideia é expandirmos para outros setores, e que isso seja um guia para o nosso comitê de crédito começar a decidir nossas operações.

George Magalhães (FGVces): Minha pergunta é para o Paulo e Vinicius: Como as ações de adaptação estão se relacionando com o stakeholders da cadeia de valor e do território de vocês?

Vinicius Lima: Adotamos uma análise de materialidade do que já é percebido e projetamos esses impactos segundo diversos modelos que temos aí. Essa experiência já está nos mostrando diversas coisas sobre como levar esse trabalho a outras instâncias da empresa. Por exemplo, muita análise do ponto de vista de investimento pode estar sendo feita e as questões climáticas são materiais, porém não houve ainda um trabalho de sistematizar essa análise para outras esferas. Dessa forma a experiência operacional está nos ensinando a conscientizar um profissional que não lida com esse assunto.

A gente conhece enquanto área especializada os potenciais impactos, estamos numa etapa de tornar isso material para a área que toma as decisões.





Paulo Schmidt: Itaipu decidiu ampliar o escopo de suas atividades fugindo daquele modelo mais convencional que a gente imagina para uma usina de grande porte, tendo uma preocupação com o desenvolvimento do território. Em relação aos stakeholders, temos uma série de questões relacionados ao corpo de funcionários. Temos que colocar sempre os funcionários no centro das ações que envolvem os projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e o que se relaciona com os efeitos nas áreas de alterações climáticas. Com isso, regionalmente, o que vale é aquela máxima: melhor mostrar pelo exemplo do que por qualquer outro meio. Especificamente à questão da política de Itaipu no que diz respeito às energias renováveis, existe uma questão que caracteriza melhor o conjunto dos demais parceiros: todo nosso esforço está voltado ao desenvolvimento sustentável associado ao desenvolvimento do território. Quando participamos de eventos voltados à questão das energias renováveis do país, eu diria que o tema pega uma carona importante na questão ambiental. Mas ele ainda está muito focado no aspecto econômico e, principalmente, na redução de custo e viabilidade econômica que se apresenta a partir de determinadas possibilidades, e isso varia de acordo com as fontes consideradas, como a solar foto voltaica, eólica e etc. Grosso modo, não conheço nenhum projeto que se viabiliza apenas sob o viés ambiental.

Em outros países o incentivo econômico que possibilitou o desenvolvimento de políticas mais agressivas teve uma conotação política mais robusta, como o Japão, superando a Alemanha na produção de energia fotovoltaica. O que agente considera importante nesse processo é fato de, principalmente a utilização de biogás para produção rural, implica na revisão de modelos onde o perfeito entendimento de quem são os stakeholders é o que torna os projetos viáveis. Não estou falando só das grandes organizações econômicas, como as cooperativas, mas o produtor rural, que deve ser incluído nesse processo. E isso é o que se apresenta como um cenário futuro na questão de energia não apenas de um país, mas em todo o mundo: geração de energia descentralizada, e inclusão de atores que até então eram vistos apenas como consumidores, e hoje passam a produzir energia.

Nélly: Quais desafios vocês estão tendo para convencer os dirigentes sobre um tema que traz em si um certo grau de incertezas? O que vocês da área técnica usam como estratégia?

Paulo Schmidt: Primeiro, a incorporação do desenvolvimento do território na missão de nossa organização. Isso colocou a Itaipu no centro de um processo que envolve diversos atores da





região. Além disso, a questão do desenvolvimento do território está bastante relacionada ao binômio logística e energia.

Aqui no Paraná, por exemplo, a gente sempre olhou a questão da logística vinculada à disponibilidade do porto. Recentemente, até nos jornais está saindo que o Paraguai está oferecendo soluções de logística aos produtores da região a partir das rotas de escoamento que foram construídas recentemente. O Paraguai possui, hoje, a terceira maior de barcaças fluviais do mundo, e apresenta uma solução bastante competitiva para escoar os produtos da região pelo Uruguai por meio das hidrovias construídas junto à Argentina. Essas transformações produzem efeitos nas discussões do ambiente de negócio. Itaipu possui um tratado que nos assegura essa condição de funcionamento até 2023 dentro dessa relação com o Paraguai. Uma das preocupações que nós temos é a possibilidade do desenvolvimento de novos negócios a partir da receita gerada com a venda de energia.

Energias renováveis e insere nesse hall de novas possibilidades, com todas diretrizes que o tema traz em relação à discussão do desenvolvimento sustentável, e principalmente a possibilidade de novos negócios, que toca a alta administração.

Vinicius Lima: Temos uma prática bastante consolidada em relação a recursos hídricos que já mapeamos diversos ativos operacionais. Recentemente, incorporamos aspectos de impacto físico nas avaliações de novos empreendimentos, o que significa que cada novo projeto da Petrobras, a equipe desenvolvedora de engenharia precisa fazer uma avaliação de riscos climáticos. O que acaba acontecendo é que, para muitos ativos, a percepção do impacto climático não seja suficientemente material para muitos projetos. Nós da área ambiental fazemos pareceres e avaliamos esses projetos, de modo que conseguimos apontar casos onde os modelos conseguem mostrar maiores riscos. Obviamente o assunto não está consolidado, ainda há muito a evoluir cientificamente e tecnicamente. Porém, hoje compreendemos melhor que o ponto chave é a análise de materialidade.

Toda essa documentação sobe na governança, então à medida que os impactos são apontados, esperamos evidenciar aos níveis superiores da organização qual a potencial exposição que o projeto pode proporcionar. Enxergamos como um processo em amadurecimento, principalmente com a entrada do mercado financeiro nas análises de risco climático.

Fábio Guido: Acredito que já passamos do desafio de engajar. No passado, a gente da área de sustentabilidade sempre teve dificuldade em levar o tema aos outros níveis da governança corporativa da organização. Hoje em dia dificilmente a gente tem uma discussão de economia e





política que não passa pelo tema de sustentabilidade. Por exemplo, atualmente estamos analisando o RenovaBio e CBio, e como serão esses instrumentos de crédito de carbono. Trata-se de uma decisão política que se tornaram um instrumento que está afetando a nossa forma de atuação, uma vez que a gente vai comercializar esse tipo de produto e precisamos estar preparados para atender nossos clientes. Quando falamos de precificação de carbono, estamos falando de um tema de meio ambiente que está tocando diretamente em nosso rating, na maneira que fazemos a análise de crédito. No passado era comum levarmos os temas ao nosso conselho, e hoje é comum que eles tragam a questão de fora para dentro.

É óbvio que quando olhamos esse tema em instituições como a nossa, há uma velocidade diferente porque você está conduzindo uma mudança de rumo de um navio gigantesco. Na minha opinião, o que é mais desafiador é implementar um processo educativo para todos. A meta de sustentabilidade deve estar atrelada a meta econômica, e não separada. Ao mesmo tempo, não basta ter uma meta do banco, pois ao se olhar para os acionistas, estes nos cobram numa velocidade e num termo que, de repente, pode não estar alinhados às nossas diretrizes de sustentabilidade. O mesmo vale para investidores de bolsa de valores. Dessa forma, cabe a nós do banco a responsabilidade de educar a todo momento os nossos públicos de interesse sobre como atingirmos resultados no curto, médio e longo prazo, e como esses resultados são justos e se enquadram dentro da sustentabilidade.

Nélly: Fábio, você comentou que os tomadores de crédito têm certa flexibilidade em ajustar seu risco adaptando sua exposição. Gostaria de entender esse processo. Vocês fazem análise de risco do projeto? Identificam necessidade de ajuste no projeto? O tomador de decisão aceita isso mesmo quando se encarece a implementação do projeto? Os tomadores aceitam os riscos relacionados à mudança do clima sem oferecer resistência a possíveis impactos que apresentam algum grau de incerteza?

Fábio Guido: O *paper* que vai sair até o dia 30 vai responder muito de suas perguntas. Eu só não quero adiantar uma informação antes do *paper* ser publicado. Por hora o que tenho a lhe dizer é que, sim, quando fazemos uma análise de crédito há uma combinação entre o risco da companhia e o risco do projeto que estamos financiando. Somos signatários dos princípios do Equador desde 2006, que orientam a classificação de riscos, e também passamos essa classificação de riscos a outros segmentos de empresas de projetos. Colocamos dentro dos nossos contratos de crédito, quando necessário, essa adequação.





Em relação aos tomadores de crédito, estes possuem uma flexibilidade financeira e operacional para se ajustar a esses riscos socioambientais emergentes, como é o caso da mudança climática, sem afetar sua capacidade de pagamento das linhas de crédito.

Paolo Pani: Há fiscalização para detectar as empresas que não aderirem aos programas de controle de impacto?

George Magalhães: Em relação a controle de impacto, temos que olhar para o vetor causador da mudança do clima, o que nos leva à agenda de mitigação de emissões. Nesse sentido, ainda não temos nenhuma legislação que controle as emissões de gases de efeito estufa em âmbito federal. Já temos, no entanto, duas iniciativas em âmbito estadual, sendo uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo, que apenas enviam informações ao regulador, sem uma carga de controle em cima de suas atividades. Do ponto de vista da agenda de adaptação, a lógica de comando e controle não funciona. Isso porque o nível de entendimento ainda está um pouco acima da política, pois o impacto será sentido por cada ator, tanto privado como público. Ou seja, é necessário que cada ator compreenda os impactos aos quais ele está exposto e tente se adaptar e aumentar sua resiliência.

Hoje de manhã, a IEC ofereceu um webinar em parceria com o Ministério da Fazenda para falar sobre o PMR, que tratava justamente sobre instrumentos econômicos aplicados à emissão de gases de efeito estufa (mitigação). A gravação do webinar estará disponível no canal da GVces no YouTube.

Nelly: As empresas que estão fazendo análise de risco associado à mudança do clima estão encontrando facilmente as informações e projeções sobre mudanças do clima? Acessam essas informações por meio de visita ao INPE ou de outras estratégias?

Vinícius Lima: Atualmente temos muito acesso a informação. Temos a Plataforma Adaptaclima, o trabalho do INPE, as nossas próprias pesquisas e parceria com a USP, por exemplo. Nosso desafio tem sido o processo de educação geral da companhia. Enquanto área especializada da empresa, a gente tem conseguido realizar análise. Mas é muito importante o processo de integração e engajamento das demais áreas para falarmos a mesma língua. À medida que as iniciativas forem ocorrendo em mais empresas, a análise vai se consolidando na economia. Hoje em dia a dificuldade não é o acesso, mas a educação do tema a um público maior possível.





Fábio Guido: Acredito que, hoje, temos uma facilidade maior em encontrar as informações. O que temos muita facilidade no Itaú é contarmos diretamente a fonte, como especialistas da área de mudança do clima. Com a UNEP FI, coletamos informações diretamente do IPCC e outros fontes que nos mostram o que irá acontecer com a economia global num cenário de aumento de temperatura. Os dados pluviométricos e de aumento da temperatura, por exemplo, são dados que utilizamos em nosso trabalho, e contamos com consultorias especializadas, como a Waycarbon.

Paulo Schmidt: Ainda que tenhamos acesso a inúmeras informações, ainda não temos uma análise precisa da relação entre causa e efeito. Ou seja, apesar de haver informações e modelos disponíveis, sempre estamos assumindo algum risco ao seguir esses modelos. Acabamos sempre aprendendo com problemas e passivos que nos deparamos ao longo do tempo. Quando estava à frente da empresa que gerenciava o sistema de transporte de Curitiba, que é vista como um ícone do ponto de vista ambiental, me deparei com uma demanda de um projeto de financiamento em que se questionava a contribuição do projeto na redução da emissão de gases de efeito estufa. Não tínhamos planejado medir essa variável no projeto, e tivemos que aprender a partir dessa demanda.

Na Itaipu recebemos uma demanda dos produtores agrícola da região, alegando que tiveram prejuízos em suas produções devido às alterações climáticas causadas pelo reservatório instalado na região. Tal situação já está quase concluída, mas se a tese apresentada pelos produtores prevalecer, isso trará um enorme passivo à empresa. O que precisamos entender é que não estamos tratando de questões que envolvem exatidão em sua análise, já que variáveis como posicionamentos e ideologias sempre estão presentes nessa questão. Isso também é um problema no controle que os órgãos exercem, já que, ainda que normas tentem estabelecer alguma referência, as variáveis são amplas e nem sempre alcançamos um entendimento comum. Dessa forma, à medida que experiências semelhantes às apresentadas pelo Itaú consigam valorar riscos e estabelecer informações ao mercado, surgirão maiores tendências sobre essa discussão.

ENCERRAMENTO

Flavia Resende (Instituto Ethos) ressaltou a importância de iniciativas como o PROJETA, o CSI, e também de organizações como o INPE na elaboração de informações para adaptação. Tudo isso apoia a terceira frente de atuação da IEC no âmbito da adaptação, que é promover uma





articulação com essas entidades para compreender as ferramentas e sites que podem ser acessadas pelas empresas para elaborarem seus planos de adaptação.

O próximo evento da IEC no âmbito da adaptação será no dia 29 de maio, a partir das 14h30 na FIESP. O evento será sobre a Plataforma AdaptaClima, seus propósitos e formas de utilização.

No dia 28 de junho ocorrerá o 4º webinar da IEC sobre adaptação.

